

Nesta Edição:

- Comissão Mista aprova exigência de produtos nacionais para realização de ações do PAC – MPV 580/2012;
- Ampliação do Simples Nacional;
- Audiência da MPV 579 discute concessões do setor elétrico e redução nas tarifas;

## Comissão Mista aprova exigência de produtos nacionais para realização de ações do PAC – MPV 580/2012

A Comissão Mista criada para analisar a Medida Provisória (MPV) 580/2012 aprovou hoje Projeto de Lei de Conversão (PLV) apresentado pelo relator, deputado Afonso Florence (PT/BA). O PLV apresenta apenas uma inovação: estende o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para as obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de saúde.

Ficam mantidas as demais disposições originais da Medida Provisória 580/2012, que prevê que os editais de licitação e os contratos necessários para a realização das ações integrantes do PAC, sob a modalidade de execução direta ou descentralizada, poderão exigir a aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais em setores específicos definidos em ato do Poder Executivo federal.

Para cada setor, o Poder Executivo federal:

- estabelecerá regras e condições requeridas para caracterizar os produtos manufaturados nacionais e os serviços nacionais;
- indicará as normas técnicas brasileiras específicas a serem atendidas na fabricação dos produtos manufaturados e na prestação dos serviços adquiridos;
- fixará o percentual mínimo de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais a serem adquiridos; e
- definirá a forma de aferição e fiscalização do atendimento da obrigação de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais.

O Poder Executivo federal acompanhará e avaliará periodicamente a implantação da exigência de aquisição de percentual mínimo de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais, conforme disposto em regulamento. No caso de transferências obrigatórias aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução das ações do PAC, poderá ser estabelecida a nova exigência no termo de compromisso de repasses.

A Medida Provisória segue para o Plenário da Câmara.

## panel

### ■ PL 2565/2011 – Royalties de petróleo

O Plenário da Câmara apreciou hoje o PL 2565/2011, que dispõe sobre a questão de divisão dos recursos oriundos dos royalties de petróleo.

A proposição estava sendo discutida há meses em grupo de trabalho na Câmara conduzido pelo relator do projeto, o Dep. Carlos Zarattini (PT/SP). O relator apresentou parecer com texto que alterava significativamente o que havia sido aprovado ano passado no Senado.

Entretanto, manobra conduzida pelo DEM, fez com que a ordem de votação fosse invertida, dando preferência à votação do texto do Senado. Com a aprovação desse texto, o parecer do relator na Câmara foi prejudicado.

O texto do Dep. Carlos Zarattini (PT/SP) garantia recursos dos royalties recolhidos pela exploração no regime de concessão para as áreas de ciência e tecnologia, que era a preocupação central da CNI em relação ao projeto. Entretanto, com a aprovação do texto do Senado, esta questão não está contemplada mais no texto aprovado.

O texto será encaminhado à sanção.

## Ampliação do Simples Nacional

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou hoje o parecer da relatora, senadora Ana Amélia (PP/RS), favorável com substitutivo ao PLS-C 242/2007, que permite a adesão ao Simples Nacional de novas atividades.

O substitutivo permite a adesão ao Simples Nacional de: fabricantes de cervejas e vinhos; transporte predominantemente turístico; serviços advocatícios; escritórios de engenharia e arquitetura; escritórios de desenho industrial; escritório de design de interiores; medicina; medicina veterinária; odontologia; psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, fonoaudiologia e de clínicas de nutrição; fisioterapia; medição, testes, desenho e agronomia; representação comercial; auditoria e consultoria; e jornalismo, publicidade e assessoria de imprensa.

O projeto segue agora para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

## Audiência da MPV 579 discute concessões do setor elétrico e redução nas tarifas

Foi realizada hoje audiência pública na Comissão Mista da MPV 579/12, para debater questões relacionadas à prorrogação das concessões do setor elétrico. A audiência foi presidida pelo deputado Jilmar Tatto (PT/SP) e contou com a presença do relator, senador Renan Calheiros (PMDB/AL) e de representantes de nove associações de geração, transmissão e distribuição de energia.

**Nelson Fonseca Leite**, presidente da **ABRADEE**, pautou alguns pontos que precisam ser aperfeiçoados na medida provisória, tais como a necessidade de conferir segurança jurídica aos concessionários que possuem direitos preexistentes e a necessidade de alcançar uma modicidade de tarifas sustentáveis para o desenvolvimento das respectivas atividades.

Por sua vez, o diretor-presidente da **CEMIG**, **Djalma Bastos de Moraes**, destacou a situação singular de suas três hidrelétricas que ainda não passaram pela primeira prorrogação, de modo que não abrirão mão desse direito conferido por seus contratos de concessão.

O presidente da **ABRAGE**, **Flávio Antônio Neiva**, fez sua exposição em torno de três pontos principais: antecipação da prorrogação das concessões, principalmente em relação à realocação de cotas para o mercado cativo e necessidade de busca de lastro de terceiros para cobertura das novas obrigações; indenização de investimentos anteriormente realizados; e tarifa, que pela subjetividade conferida, pode não assegurar a cobertura de custos.

**José Claudio Cardoso**, presidente da **ABRATE**, também expôs a necessidade de assegurar indenização aos investimentos realizados enquanto as regras antigas estavam em vigor. Falou sobre como adequar a metodologia para cálculo da receita e defendeu a importância de explicitação das obrigações das concessionárias e de previsão de que, com a aprovação de um projeto de lei de conversão à MPV, seja aberta possibilidade de outras empresas aderirem às regras de prorrogação.

**Jânio Vital**, representado a **INFRACOOOP**, expôs a ótica do setor rural e das cooperativas, que não foram abordados na medida. Para ele, a proposição é uma oportunidade para inclusão dessas cooperativas nos benefícios de cotas. **Charles Lenzi**, da **ABRAGEL**, focou na questão das pequenas centrais hidrelétricas, destacando principalmente a ausência de tratamento para outorgas de autorização e a manutenção da sistemática de desconto de tarifas para consumidores especiais e das regras de elegibilidade para o mercado livre.

O presidente da **ABIAPE**, **Márcio Luiz Menel**, destacou a importância do mercado livre, que não foi contemplado como beneficiário na medida provisória. Também falou sobre a necessidade de previsão de venda de excedente de energia por autoprodutores.

**Denise Sabbag**, representando a **APINE**, relatou pontos que precisam ser aperfeiçoados, como impactos incidentes sobre os ativos das empresas e o engessamento em torno das tarifas, que não permitem que as concessionárias disponham de recursos para contingências. Nesse sentido, trouxe propostas de aperfeiçoamento, dentre elas, explicitar nos cálculos de indenizações os investimentos com modernizações e reformas e os riscos assumidos pelas concessionárias em decorrência das novas tarifas e da modicidade tarifária.

Por fim, o presidente da **ABCE**, **Alexei Mocarim Vivan**, também pontuou a questão das indenizações, seguindo a mesma linha dos demais participantes, sugerindo a observância da contabilidade de cada empresa para mensurar suas amortizações, bem como o valor presente líquido de fluxo de caixa e a não incidência de tributos sobre o valor da indenização. Em relação à receita necessária para operação das atividades da empresa, destacou que estas não devem se limitar a custear as operações, mas devem também contemplar a realização de investimentos. Defendeu ainda que a MPV não deve ser aplicada às empresas que ainda não passaram pela primeira prorrogação.

Amanhã, dia 7, será realizada outra audiência pela Comissão Mista, para que sejam ouvidos consumidores, instituições de pesquisa e representações sindicais.